



Governador
Geraldo Alckmin

Secretário de Desenvolvimento
Econômico, Ciência e Tecnologia
Paulo Alexandre Barbosa



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor afastado

Herman Jacobus Cornelis Voorwald

Vice-reitor no exercício da reitoria

Julio Cezar Durigan

Pró-reitor de Administração

Ricardo Samih Georges Abi Rached

Pró-reitora de Pós-Graduação

Marilza Vieira Cunha Rudge

Pró-reitora de Graduação

Sheila Zambello de Pinho

Pró-reitora de Extensão Universitária

Maria Amélia Máximo de Araújo

Pró-reitora de Pesquisa

Maria José Soares Mendes Giannini

Secretária-geral

Maria Dalva Silva Pagotto

Chefe de Gabinete

Carlos Antonio Gamero

Assessor-chefe da Assessoria de Comunicação e Imprensa

Oscar D'Ambrosio



Presidente do Conselho Curador

Herman Jacobus Cornelis Voorwald

Diretor-presidente

José Castilho Marques Neto

Editor-executivo

Jézio Hernani Bomfim Gutierrez

Superintendente administrativo e financeiro

William de Souza Agostinho

unesp*ciência*

Diretora de redação Giovana Girardi

Editor de arte Ricardo Miura

Editores-assistentes

Luciana Christante e Pablo Nogueira

Repórter Luiz Gustavo Cristino

Colunista Oscar D'Ambrosio

Colaboradores Igor Zolnerkevich, Reinaldo José

Lopes e Ricardo Bonalume Neto (texto), Cristiano

Burmester, Guilherme Gomes e Luiz Machado

(foto), Eduardo Nunes, Marcus "Japs" Penna e

Mauro Nakata (ilustração)

Revisão Maria Luiza Simões

Projeto gráfico Buono Disegno

(Renata Buono e Luciana Sugino)

Produção Mara Regina Marcato

Apoio de internet Marcelo Carneiro da Silva

Apoio administrativo Thiago Henrique Lúcio

Endereço Rua Quirino de Andrade, 215, 4ª andar,

CEP 01049-010, São Paulo, SP. Tel. (11) 5627-0323.

www.unesp.br/revista; unespencia@unesp.br

Imprensa oficial

Diretor-presidente Marcos Antonio Monteiro

Diretora vice-presidente e financeira

Maria Felisa Moreno Gallego

Diretor industrial Ivail José de Andrade

Diretor de gestão de negócios

José Alexandre Pereira de Araújo

Tiragem 25 mil exemplares

É proibida a reprodução total ou parcial de textos e imagens sem prévia autorização formal.

Mediação e controle

Pesquisas de opinião feitas em período eleitoral costumam mostrar que uma das principais preocupações da população, seja do paulistano, do paulista, do brasileiro, é a segurança pública. A sensação de insegurança não diminui nem mesmo diante das estatísticas que vêm apontando uma queda constante na taxa de homicídios. Em parte isso talvez se explique porque outros crimes, em especial os contra o patrimônio, seguem tendência de crescimento em todo o país. Por outro lado, talvez ainda falte confiança nas próprias instituições responsáveis pela segurança pública. Se os Titãs questionavam no final dos anos 1980 “quem precisa de polícia”, em um país que aos poucos saía de um regime político-jurídico de exceção, hoje cada vez mais se defende que a polícia de que precisamos tem de ser bem diferente da atual.

O discurso ainda não é unânime entre os especialistas em segurança pública. Muitos entendem que é no policiamento ostensivo e numa política de Justiça criminal eficiente que está o modelo para um combate mais eficaz do crime. Em outra linha, um grupo de pesquisadores propõe uma mudança desse paradigma. O caminho, dizem, é aumentar o policiamento comunitário e as ações preventivas, em um cenário de transparência no qual a população possa acompanhar o que está acontecendo, opinar sobre novas ações de acordo com as necessidades da comunidade e se sentir à vontade para reclamar do que estiver errado.

O cientista social Luís Antônio Francisco de Souza, do Observatório de Segurança Pública da Unesp em Marília, justifica a necessidade dessa mudança, entre outras formas, com uma estatística.

“Cerca de 65% dos casos atendidos pela PM não são criminais – por exemplo, uma briga de trânsito, um bate de boca entre vizinhos.” Sendo assim, diz, há duas leituras possíveis. “A do ‘isso não é nosso problema, porque lidamos com crime’, e a que eu defendo, que é a de que a polícia tem de intervir, porque se não o fizer, o caso pode escalar e virar um crime. Toda vez que a polícia faz uma intervenção não criminal, ela está impedindo que um crime possa ocorrer lá adiante.”

Só que nesse caso, pondera o pesquisador, há que se considerar a formação do policial. “Porque uma coisa é sair correndo atrás de criminoso que está com arma na mão, dando tiros para todos os lados, outra é ter de mediar. Muitos policiais ficam com a sensação de que não fizeram nada. Mas é a mudança que propomos, de agir antes que o crime aconteça.”

Giovana Girardi
diretora de redação

carta ao leitor